

Working Papers

Documentos de Trabalho



Centro Internacional de Formação



PROGRAMA DELNET DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

© Centro Internacional de Formação da OIT

WP 30

Edição Novembro 2004

**“A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS
EMPRESAS E A SUA CONTRIBUIÇÃO AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL”**

<http://www.itcilo.org/delnet>

[E-mail:delnetportugues@itcilo.org](mailto:delnetportugues@itcilo.org)

Bart Slob

**SOMO (Centro de Pesquisas sobre Empresas Multinacionais)
Pesquisador e coordenador da Rede Puentes Holanda**

Considerando a grande quantidade de ensaios, artigos, livros e jornais que tratam do tema da Responsabilidade Social das Empresas (RSE), poder-se-ia chegar facilmente à conclusão que o conceito de responsabilidade social das empresas é tão antigo como o da natureza dos negócios. Infelizmente, trata-se de uma percepção errada. Não passaram sequer 15 anos desde que algumas empresas pioneiras começaram a atribuir séria importância à RSE¹. Hoje em dia, resulta difícil deparar-se com uma multinacional europeia que não disponha de, pelo menos, um código ético ou de uma declaração de intenções sobre as atividades e políticas da RSE. Em seguida, tentarei ilustrar de que modo as organizações da sociedade civil na Europa e na América Latina têm respondido e continuam a responder perante o fenômeno da RSE.

O auge da RSE na última década do século XX enriqueceu a fraseologia empresarial com muitos termos enigmáticos, tais como *linha de base tripla* (*triple bottom line*), *princípio de igualdade de condições* (*level playing field*), *relatório de sustentabilidade* (*sustainability reporting*), *efeito trickle-down* (*trickle-down effect*), *investimento socialmente responsável* (*socially responsible investing*), *participação comunitária* (*community involvement*) e *cidadania empresarial* (*corporate citizenship*). As empresas começaram a publicar relatórios sociais e ambientais e pagavam serviços de assessoria e consultoria que formulavam recomendações sobre como as empresas podiam melhorar seu desempenho social e ambiental. Rapidamente, as empresas tiveram que achar os seus *stakeholders* (detentores de interesse)² e estabelecer um verdadeiro diálogo com estas pessoas. Surgiram os sistemas de certificações, selos de qualidade, códigos de conduta e de ética para distinguir entre as empresas com práticas positivas e empresas com práticas negativas. Porém, na maioria dos casos, estes instrumentos não puderam ser utilizados para estabelecer comparações confiáveis entre as empresas e em muitos casos contribuíram para ofuscar o conteúdo do debate sobre a RSE.

As ONGs e os sindicatos levaram algum tempo para perceber que deveriam desempenhar um papel importante no debate sobre a RSE. Durante anos, as esporádicas ocasiões de contato entre a maioria das ONGs e as empresas limitaram-se a disputas sobre questões sociais e ambientais ou a parcerias para realizar projetos filantrópicos. Os sindicatos, por outro lado, concentraram todos os seus esforços nos processos de negociação coletiva e na proteção dos direitos dos trabalhadores. A RSE

¹ Em 1988, a empresa inglesa Body Shop, juntamente com a Anistia Internacional, lançou a sua primeira campanha internacional de direitos humanos. Em 1989, Ben & Jerry's encarregou um "auditor social" a publicar um "informe para os *stakeholders*" para informar os próprios consumidores sobre os padrões sociais da empresa. No mesmo ano, o navio-petroleiro Exxon Valdez derramou petróleo nas costas do Alasca causando uma catástrofe ecológica. Depois do acidente, o comportamento hostil e suspeito da Exxon Mobil face à mídia levou a um desgaste enorme das relações públicas da empresa. Este acontecimento, mais do que os gestos generosos e atitudes transparentes de algumas empresas pioneiras, marcou o início de uma mudança de postura na comunidade empresarial, que passou a reconsiderar seu lugar na sociedade.

² Geralmente, os *stakeholders* são descritos como indivíduos, grupos, comunidades ou organizações que influem ou são influenciados pelas operações de uma empresa.

parecia ser desde o princípio um produto de marketing. Foi quando as empresas multinacionais começaram a constituir fundações e ONGs próprias (as chamadas BINGOs – *business-initiated NGOs*), criando assim meios para receber e canalizar recursos financeiros para realizar projetos sociais e ambientais, que as ONGs e os sindicatos deixaram de ignorar a temática da RSE. O fato de que estas empresas estivessem competindo nas áreas de ação das ONGs e dos sindicatos fez com que muitas organizações da sociedade civil, especialmente aquelas localizadas no hemisfério norte, aceitassem o desafio e passassem a exercer formas de pressão compensatórias face ao predomínio das empresas na esfera da RSE. Ao longo das últimas décadas, as ONGs e os sindicatos haviam obtido conhecimentos práticos sobre temas sociais e ambientais e, portanto, não estavam dispostos a deixar que as empresas tomassem decisões unilaterais sobre os problemas específicos que as políticas de RSE deveriam abordar.

Na Holanda, a partir de 1997, muitos sindicatos e ONGs foram-se familiarizando com o conceito da RSE, como resultado de projetos contínuos de investigação, campanhas públicas e intercâmbio de conhecimentos. Apesar da existência de consideráveis divergências conceituais e operacionais sobre o tema, todas estas organizações concordaram que o governo holandês deveria promover ativamente a RSE entre as empresas. Para alcançar este objetivo, formou-se uma aliança informal de organizações da sociedade civil, que elaborou uma carta formal na qual pedia ao governo holandês que adotasse as seguintes medidas:

- Identificar de modo claro os padrões e as diretrizes que as empresas devem respeitar. A Holanda tinha assinado e ratificado numerosas convenções, declarações, diretrizes e tratados relativos a questões sociais e ambientais que tocavam direta ou indiretamente as empresas, mas a maioria destas nem tinha conhecimento da existência destes acordos.
- Promover a utilização de códigos de conduta corporativa que incluíssem padrões já existentes sobre questões sociais e ambientais (convenções, declarações, diretrizes e tratados estipulados e ratificados pela Holanda), assim como normas relativas à responsabilidade pela cadeia produtiva e ao monitoramento externo³.
- Impulsionar a publicação de relatórios sociais e ambientais pelas empresas. Na segunda metade dos anos 90, a maioria das empresas publicava apenas relatórios ambientais. Os aspectos sociais não tinham muita relevância. A demanda de relatórios sociais das empresas foi empurrada por algumas pequenas organizações que souberam promover campanhas de sensibilização muito eficazes, tais como a Campanha Roupas Limpas – constituída na Holanda em 1989 e que, hoje em dia, está presente em 12 países europeus.⁴

³ Responsabilidade pela cadeia produtiva: a responsabilidade social de uma empresa deve estender-se a seus fornecedores, subcontratadores, licenciadores, associações, e todos que trabalham para a empresa, independentemente da relação formal, da característica do produto ou da situação geográfica. A definição da cadeia produtiva e a determinação do alcance desta devem ser feitas em colaboração com os *stakeholders*. As empresas devem fazer todo o necessário para favorecer, promover e implementar as práticas de RSE nas cadeias produtivas. Monitoramento e verificação externa: a qualidade, o uso e a credibilidade dos relatórios da empresa, dos subjacentes processos e dos sistemas de gestão são realçados pela verificação externa. O processo independente de verificação é a chave da implementação efetiva da RSE. Isto começa por uma verificação interna da empresa sobre a observância da política de RSE (implementação, programa, objetivos e indicadores). De fato, as empresas constituem sistemas de verificação interna alinhados com outros atores na cadeia produtiva. A observância das políticas de RSE também deve ser verificada externamente. A verificação deve ser levada a cabo por organizações que não estejam ligadas à empresa em questão e que tenham a plena confiança dos *stakeholders* envolvidos. Enfim, o resultado do procedimento de verificação deve ser tornado público de maneira confiável.

⁴ A Campanha Roupas Limpas é uma coligação de sindicatos, organizações de consumidores, pesquisadores, organizações de direitos humanos, organizações de mulheres e outras cujo objetivo é o de melhorar as condições de

- Promover a aplicação de critérios sociais e ambientais aos incentivos econômicos (por exemplo: missões comerciais, créditos e garantias às exportações). Incluir critérios sociais e ambientais no âmbito das compras públicas e licitações.
- Prestar apoio às empresas nos países em desenvolvimento – em particular aos pequenos e médios produtores – para que melhorem o próprio desempenho social e ambiental.
- Reduzir o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e outras imposições fiscais sobre produtos ecológicos ou socialmente responsáveis (produtos de comércio justo, por exemplo).

Inicialmente, o governo holandês era relutante em reconhecer que estas propostas concretas representavam uma demanda social legítima e que não se tratava de um capricho da esquerda. O verdadeiro avanço no debate sobre a RSE na Holanda deu-se em 2000, quando o principal conselho de assessoria do governo holandês (o Conselho Socioeconômico) publicou um relatório sobre a RSE. Neste documento, declara-se que a RSE faz parte das atividades principais de uma empresa e que deveria ser parte integrante da gestão da empresa. Isto não quer dizer, segundo o relatório, que todas as manifestações da RSE deveriam, por definição, ser consideradas parte da atividade econômica principal de uma empresa, mas implica que se devem incluir os efeitos sociais das atividades econômicas na avaliação do desempenho da empresa. Para além disso, o Conselho Socioeconômico afirmou que a publicação dos relatórios deveria ser voluntária e que a RSE implicava uma mudança na forma de controle - do externo para o interno -, de modo que houvesse menos necessidade de recorrer à regulamentação governamental.⁵

A maioria das organizações da sociedade civil considerou este relatório um marco milímetro, mas não concordou inteiramente com as conclusões e recomendações do documento. Estas organizações opinavam que a regulamentação governamental no âmbito da RSE era imprescindível. Em resposta ao relatório do Conselho Socioeconômico, 80 ONGs e sindicatos publicaram um manifesto intitulado *Principled Profits* (“Lucros com Princípios”). Neste documento, as organizações pediram que o governo holandês não atuasse apenas como facilitador no debate sobre a RSE, mas que também atuasse como legislador, regulador, ator importante no mercado e como consumidor de melhores práticas⁶. O manifesto teve um impacto enorme sobre os legisladores holandeses e levou à criação de uma rede de organizações da sociedade civil: a Plataforma da RSE.

A Plataforma da RSE, constituída em 2002, reúne hoje em dia aproximadamente 40 organizações. É uma rede muito heterogênea que agrupa:

- Pequenas e grandes agências e organizações de cooperação internacional;
- As duas maiores confederações sindicais da Holanda;
- ONGs de direitos humanos;
- Organizações dedicadas ao meio ambiente;
- Uma ONG que representa os investidores sustentáveis;

trabalho na indústria têxtil e das confecções. Esta aliança europeia tem o apoio de uma rede global de parceiros nos países de produção. www.cleanclothes.org (25 de agosto de 2004).

⁵ SER, *Advisory report on Corporate Social Responsibility: summary of conclusions* (A Haia: Sociaal-Economische Raad, 2000), http://www.ser.nl/upload/databank_engels/2000_11.pdf (24 de agosto de 2004).

⁶ *Manifesto Principled profits: Guidelines for responsible business behaviour*, 2001, <http://www.indianet.nl/manifesto.html> (24 de agosto de 2004).

- Organizações de consumidores (a maior organização de consumidores tem aproximadamente 600.000 membros)⁷;
- Organizações de comércio justo;
- Grupos promotores de campanhas de sensibilização (por exemplo.: indústria têxtil e indústria do café).

Ainda em 2002, a Plataforma da RSE elaborou o Marco Referencial da RSE, um documento detalhado em que a Plataforma explicava o que se esperava das empresas em termos de RSE. O Marco Referencial define a RSE como um “processo através do qual as empresas assumem a responsabilidade pelas conseqüências sociais, ecológicas e econômicas das suas atividades – ao longo de todas as cadeias produtivas – comprometendo-se em um diálogo constante com todos os atores envolvidos”. O Marco Referencial examina ainda as seguintes questões: direitos humanos, emprego, meio ambiente, proteção do consumidor, saúde e a luta contra a corrupção⁸. Hoje em dia, funcionários do governo, políticos e organizações patronais consideram a Plataforma da RSE como um *stakeholder* legítimo. Os Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda consultam com frequência os representantes da Plataforma sobre matérias relacionadas com a RSE.

Para as organizações que participam da Plataforma da RSE, a sinergia tem dado ótimos resultados. Isto é um fato interessante, visto que a maioria das empresas multinacionais emprega uma estratégia similar – se juntam e formam redes mediante processos conhecidos como integração horizontal e integração vertical. Contudo, a diferença mais relevante entre estes dois tipos de rede reside no fato que o objetivo principal das redes corporativas consiste no aumento dos lucros e das vantagens competitivas. Por sua vez, as relações dentro das redes da sociedade civil fundamentam-se em uma missão comum a cumprir. Portanto, poder-se-ia defender que as redes da sociedade civil são mais sustentáveis que as redes corporativas.

Existe, atualmente, uma tendência global para a constituição de redes regionais, nacionais e internacionais que se dedicam à RSE. As organizações empresariais têm assumido a liderança neste processo, criando redes profusas, tais como a *CSR Europe* e a rede *Empresa* (aliança de organizações empresariais que promove a RSE nas Américas). Contudo, as organizações da sociedade civil não ficam para trás. Alguns exemplos desta tendência são o recém-criado Observatório da RSC na Espanha – uma rede com uma estrutura bastante parecida com a da Plataforma da RSE na Holanda – e o Observatório da OCDE (*OECD Watch*) - uma rede internacional de organizações da sociedade civil que visa apoiar ONGs que trabalham com o tema das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais.⁹

Uma iniciativa singular foi a criação da Rede Puentes. Esta rede transatlântica foi fundada em 2002 após uma oficina no México, da qual participaram representantes de diversas ONGs da Argentina, do Brasil, do Chile, do México e da Holanda. Neste evento, todos os participantes concordaram que a RSE tinha surgido na Europa em conjunturas socioeconômicas muito distintas daquelas existentes na América Latina. Portanto, a RSE na América Latina precisaria de uma perspectiva totalmente diferente e o desenvolvimento de metodologias e instrumentos próprios. Sem que se

⁷ Em agosto de 2004, a população total da Holanda era aproximadamente de 16.2 milhões de habitantes.

⁸ A Plataforma da RSE, *Marco referencial da RSE* (Amsterdã: 2003), <http://www.mvo-platform.nl/mvotekst/Marco%20referencial%20da%20RSC.pdf> (30 de agosto de 2004).

⁹ As diretrizes da OCDE são recomendações dirigidas por governos às empresas multinacionais. Se aplicam às operações globais de multinacionais sediadas em países aderentes, incluindo suas empresas subsidiárias.

As diretrizes estabelecem princípios e padrões de cumprimento voluntário com o objetivo de alcançar uma conduta empresarial responsável em varias áreas, tais como emprego e relações empresariais, direitos humanos, meio ambiente, divulgação de informações, concorrência, tributação e ciência e tecnologia. As Diretrizes são atualmente apoiadas por 30 países membros da OCDE e por oito países não-membros (Argentina, Brasil, Chile, Estônia, Israel, Letônia, Lituânia e Eslovênia).

reinventasse a roda, as organizações da sociedade civil da América Latina deveriam adaptar o conceito da RSE e torná-lo compatível com os seus objetivos. Isto significava que a RSE teria que contribuir, de alguma maneira, para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da injustiça social. Se não fosse assim, seria um disparate pensar que a RSE devesse ser um tema importante para as organizações da sociedade civil da América Latina.

O primeiro passo foi o de constituir uma rede de ONGs e de sindicatos na América Latina e na Holanda – desde o início, a rede foi apoiada financeiramente pela Oxfam Holanda (Novib) – com o objetivo de fazer um intercâmbio de informações e discutir o tema da RSE. Em 2003, com um financiamento adicional do governo holandês, a Rede Puentes delineou os seguintes objetivos:

- Aumentar a influência da sociedade civil latino-americana nas iniciativas e projetos vinculados ao tema da RSE e nos processos de geração de uma cultura de responsabilidade social nas empresas locais e multinacionais;
- Estabelecer relações de cooperação entre as organizações da sociedade civil do Sul e do Norte;
- Promover, nos países da América Latina, o desenvolvimento e o intercâmbio de conhecimentos específicos, experiências e instrumentos da RSE;
- Apoiar as organizações da sociedade civil nas suas campanhas de conscientização, *lobby*, iniciativas e processos;
- Implementar processos de cooperação com as multinacionais com o propósito de estimulá-las a observar e aplicar as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, além de outras ferramentas da RSE e de outras práticas de monitoramento.

Seria impossível atingir estes objetivos sem se poder referir a um marco conceitual. Por esta razão, as 22 organizações membros da Rede Puentes concordaram em desenvolver uma agenda cívica comum baseada no conteúdo dos seguintes documentos internacionais: (1) as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais; (2) as Convenções da Organização Internacional do Trabalho; (3) As Normas das Nações Unidas sobre as Responsabilidades das Empresas na esfera dos Direitos Humanos e (4) o Livro Verde da Comissão Europeia sobre a Responsabilidade Social das Empresas.

Ainda é cedo demais para avaliar os resultados da Rede Puentes, no entanto pode-se afirmar com certeza que a rede tem facilitado o acesso a informações sobre a RSE e aumentado a *expertise* dos seus membros. Ao adquirirem mais conhecimentos, muitos membros da rede passaram a adotar uma atitude mais crítica face àquelas empresas que se promovem como socialmente responsáveis, mas que na realidade fazem pouco ou nada para além de financiar projetos comunitários e usá-los nas suas campanhas de marketing. A perspectiva principal das atividades da Rede Puentes está mudando paulatinamente: da idéia inicial de estabelecer diálogos de cooperação entre as ONGs, os sindicatos e as empresas, a projetos de pesquisa e monitoramento, mediante os quais as organizações da rede pretendem verificar se as empresas praticam o que predicam nos seus códigos de conduta e nas suas políticas de RSE. Para poder monitorar as empresas multinacionais que operam na América Latina, é essencial realizar projetos de pesquisa multilaterais.

O projeto *Monitor de Empresas* é um bom exemplo deste tipo de pesquisa. Este projeto foi encomendado pela central sindical holandesa FNV e foi realizado pelo Observatório Social no Brasil e SOMO na Holanda (ambas as organizações são membros da Rede Puentes), além de outros centros de pesquisa. O projeto, iniciado em 2000, teve como finalidade facilitar o monitoramento do desempenho das empresas multinacionais holandesas, no âmbito da RSE, em seis países diferentes. Os resultados do projeto foram publicados e apresentados em 2003 numa conferência internacional. Os investigadores envolvidos no projeto descobriram que as quatro empresas pesquisadas organizavam as suas políticas da RSE e de marketing de forma centralizada, mas que não podiam ou não queriam determinar uma política social uniforme. As políticas referentes aos sindicatos, às negociações coletivas e aos salários eram de competência da gestão local. Além disso, os pesquisadores chegaram à conclusão de que muitas vezes a remuneração paga pelas multinacionais, apesar de ser superior aos níveis mínimos, era insuficiente para permitir uma condição de vida decente aos trabalhadores.¹⁰

Várias organizações associadas à Rede Puentes estão empreendendo novos projetos de pesquisa, aproveitando as experiências e as informações de outras organizações de dentro ou fora da rede. Estes projetos de pesquisa são realizados para adquirir e difundir conhecimentos e informações fidedignos sobre a RSE, e para confrontar as empresas com os impactos das suas atividades. Neste sentido, o vínculo com a Plataforma da RSE na Holanda tem sido muito significativo para a Rede Puentes. Mesmo que as duas redes operem em contextos socioeconômicos distintos, as suas prioridades muitas vezes coincidem. A Rede Puentes, por exemplo, atualmente se empenha para divulgar as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais na Argentina e no Brasil, recebendo o apoio de algumas organizações associadas à Plataforma da RSE da Holanda. A Rede Puentes no México está estudando a estrutura e o funcionamento da Plataforma da RSE e pretende criar uma Plataforma da RSE constituída por organizações da sociedade civil mexicana. Tendo em vista as experiências de ambas as redes, três elementos parecem ser essenciais para a eficácia da resposta da sociedade civil ao fenômeno da RSE:

1. Criação de redes regionais, nacionais e internacionais que se concentram em temas específicos;
2. Intercâmbio mundial de informações e *expertise* sobre a RSE e outros temas relacionados ao tema da RSE;
3. Junção e afinação de atividades de pesquisa e campanhas de conscientização referentes à RSE.

Contudo, é importante ter em mente que a sinergia pode levar a uma redução da diversidade. Portanto, para diferenciar-se da maioria das redes empresariais, é preciso que as redes da sociedade civil garantam a independência ideológica, política e cultural das suas organizações membros sem comprometer a missão comum. No seu livro *No Logo*, Naomi Klein afirma eloqüentemente: “Afinal, o que é um monopólio senão a sinergia levada ao extremo?”¹¹

A importância da sinergia não está em causa, mas nenhuma rede da sociedade civil deveria ter a ambição de monopolizar o debate sobre a RSE. Isto seria um retrocesso para muitos *stakeholders*.

¹⁰ FNV Mondiaal, *FNV Company Monitor: how socially responsible are Dutch companies in their global operations?* (Amsterdã: FNV Mediabureau, 2003), <http://www.fnv.nl/download.do/id/100002346/> (6 de setembro de 2004).

¹¹ Naomi Klein, *No Logo* (Londres: Flamingo, 2000), 161.

Para maiores informações contate:

SOMO (Centro de Pesquisas sobre Empresas Multinacionais)

<http://www.somo.nl>

Amsterdã – Holanda

Programa **Delnet** do Centro Internacional de Formação da OIT, é realizado graças ao apoio da **Cidade de Sevilha, Espanha** (Município de Sevilha e Sevilha Global, Agência Urbana de Desenvolvimento) e da **Fundação CajaGRANADA, Espanha**

e conta com a **colaboração** de:

- **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**
- **Fundação Interamericana (FIA / IAF)**
- **Programa de Melhores Práticas e Liderança Local de UNCHS – Habitat**
- **Escola Superior de Pessoal do Sistema das Nações Unidas (UNSSC)**

Colaboram tecnicamente com **Delnet**:

Unidade de Coordenação de Gênero - CIF/OIT
Enfoque Global, Madrid, Espanha

EDITA:
CENTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL DO TRABALHO

Viale Maestri del Lavoro, 10 • 10127 Turim, Itália. Fax: +39 011 693 64 77

Correio eletrônico:
Internet:

delnetportugues@itcilo.org
<http://www.itcilo.org/delnet>

As denominações usadas, conforme a prática seguida pelas Nações Unidas, e a forma de apresentação dos dados nas publicações da OIT não implicam uma consideração crítica por parte da Organização Internacional do Trabalho em relação à situação jurídica dos países, às áreas ou territórios citados ou às suas autoridades, nem sobre a delimitação das suas fronteiras. A responsabilidade das opiniões expressa nos artigos, estudos e em outras colaborações assinados pertence, exclusivamente, aos seus autores e a sua publicação não significa a aprovação da OIT. As referências a empresas ou a processos ou produtos comerciais não implicam qualquer aprovação por parte da OIT, assim como o fato de empresas ou processos ou produtos comerciais não serem mencionados não implica uma desaprovação.

Editado pelo Centro Internacional de Formação da OIT, Turim, Itália.